

Professores no Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes **Teachers in Combating the Sexual Abuse of Children and Adolescents**

Luiz Antonio da Silva Oliveira⁽¹⁾; Damiles dos Santos Silva⁽²⁾; Alice Virginia Brito de Oliveira⁽³⁾

- (1) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3020-099X>; UNEAL, Graduando do curso de História, estagiário bolsista da Residência Pedagógica, Brazil, antonioluizsilva2019@outlook.com
- (2) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0598-6417>; UNEAL, Graduanda do curso de História, estagiária bolsista da Residência Pedagógica, Brazil, damiles@alunos.uneal.edu.br
- (3) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6246-380X>; UNEAL, Docente na Licenciatura de História, Brazil, aliceoliveira@uneal.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo a discussão a respeito do aumento de casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, potencializado pelo isolamento social da pandemia e vivenciada no retorno as aulas presenciais. Dessa maneira, através de pesquisas realizadas com alunos e professores da Escola de Educação Básica José de Sena Filho, situada no município de Coité do Nóia-AL, evidenciamos a carência na formação docente em relação a tais problemáticas, bem como, a existência de casos de abuso sexual entre os discentes. A partir dessa análise chegamos a algumas conclusões como a necessidade de uma conduta acolhedora por parte dos educadores diante das vítimas, da importância do papel da instituição e dos agentes competentes no combate a qualquer forma de abuso, assédio ou exploração. Assim, junto a psicopedagoga da instituição de Ensino, vem sendo desenvolvida uma proposta de intervenção diretamente focada na capacitação dos professores e na criação de um espaço consciente e adequado para amparar os jovens, ação intitulada de Grupo de Apoio Participativo Educacional (GAPE).

PALAVRAS-CHAVE: Abuso Sexual. Formação Docente. Retorno às Aulas Presenciais.

ABSTRACT: This article aims to discuss the increase in cases of sexual abuse of children and adolescents, potentiated by the social isolation of the pandemic and experienced when returning to face-to-face classes. Thus, through research carried out with students and teachers at the José de Sena Filho Basic Education School, located in the municipality of Coité do Nóia-AL, we highlighted the lack of teacher training in relation to such issues, as well as the existence of cases of sexual abuse among students. From this analysis we reached some conclusions such as the need for a welcoming behavior on the part of educators towards victims, the importance of the role of the institution and competent agents in combating any form of abuse, harassment or exploitation. Thus, together with the educational institution's psychopedagogues, an intervention proposal has been developed directly focused on teacher training and on the creation of a conscious and adequate space to support young people, an action entitled Participative Educational Support Group (GAPE).

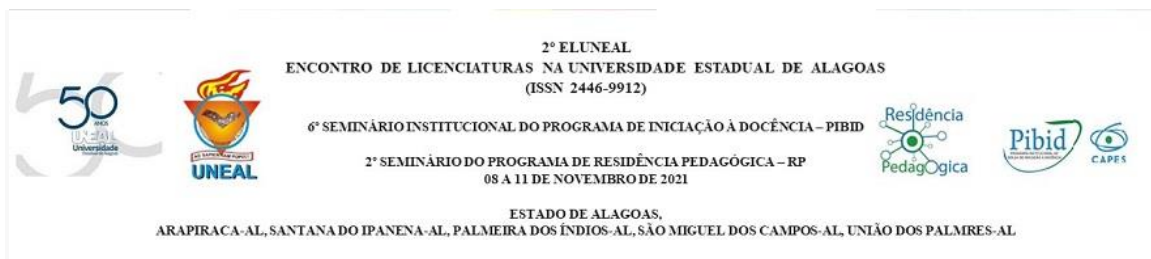
KEYWORDS: Return to Classroom. Sexual abuse. Teacher Training.

INTRODUÇÃO

Este artigo refere-se a pesquisa que vem sendo realizada na Escola de Educação Básica José de Sena Filho, situada na Rua 21 de Setembro, 60 - Centro de Coité do Nóia-AL, onde atende a jovens e adultos do Ensino Fundamental II. O estudo executado com os alunos do ensino fundamental ocorreu entre os dias 20 e 28 de setembro de 2021, com o intuito de analisar a incidência de casos de abuso sexual de crianças e adolescentes na escola, potencializados pelo isolamento social da pandemia e presentes quanto desafio no retorno às aulas presenciais. A atividade contou com o apoio da psicopedagoga da instituição.

A sugestão de pesquisar o tema abuso sexual de crianças e adolescentes na escola, adveio a partir do aumento significativo de ocorrências verificadas no retorno às aulas presenciais, quando os alunos começaram a procurar acolhimento nos professores. Segundo “dados tabulados pelo Sistema de Informações Hospitalares do Sistema único de Saúde (SUS) e do Ministério da Saúde, durante a pandemia da Covid-19 estão ocorrendo seis internações diárias por aborto, envolvendo meninas de 10 à 14 anos, que engravidam após serem estupradas, e o motivo é que as vítimas estão isoladas em casa com seus abusadores”, destaca a juíza Hertha Oliveira, 2ª vice-presidente do Instituto Paulista de Magistrados (IPAM) e coordenadora do projeto Eu Tenho Voz, que leva informação e sensibilização sobre o tema do abuso e exploração sexual infantil às escolas de ensino fundamental (IPAM, 2020). Neste momento, evidenciamos por meio do estudo uma outra problemática, pois ao mesmo tempo em que as vítimas buscavam suporte nos docentes, estes também necessitavam de orientações para dar assistências aos alunos, devido à complexidade do fenômeno, bem como, pela falta de experiência e formação acadêmica no sentido de receber, orientar e encaminhar tais ocorrências aos órgãos competentes.

Desse modo, torna-se pertinente a discussão caracterizar esta forma de violência, podendo ser definida através de qualquer contato ou interação sexual, incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal). O abuso sexual também inclui situações nas quais não há contato físico, tais como voyerismo -desordem sexual que consiste na observação de uma pessoa no ato de se despir-, assédio, exposição a imagens ou eventos

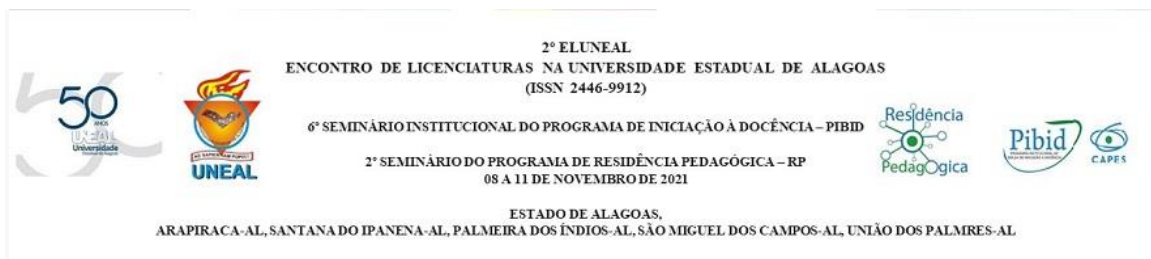


sexuais, pornografia e exibicionismo. Estas interações sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade (HABIGZANG, 2008).

Além disso, o abuso sexual pode também ser definido de acordo com o contexto de ocorrência, por exemplo, o abuso sexual intrafamiliar ou incestuoso é aquele que ocorre no contexto familiar e é perpetrado por pessoas afetivamente próximas da criança ou do adolescente, com ou sem laços de consanguinidade, que desempenham um papel de cuidador ou responsável destes. Contudo, o abuso sexual que ocorre fora do ambiente familiar envolve situações nas quais o agressor é um estranho, bem como os casos de pornografia e de exploração sexual (HABIGZANG, 2008).

Vale ressaltar ainda, que devido à complexidade e à quantidade de fatores envolvidos no impacto da violência sexual para a criança, esta experiência é considerada um importante fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias (SAYWITZ et al., 2000). Crianças e adolescentes podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares e dissociativos, enurese, encoprese, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno do estresse pós-traumático. Entretanto, o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) é a psicopatologia mais citada como decorrente do abuso sexual, uma vez que é estimado que 50% (cinquenta por cento) das crianças que foram vítimas desta forma de violência desenvolvem sintomas (HABIGZANG, 2008).

Outro ponto importante é considerar que não é suficiente que a criança saiba reconhecer apenas que um desconhecido não pode tocar suas partes íntimas, uma vez que há uma alta ocorrência de abuso sexual intrafamiliar (WOLFE, 1998). No levantamento da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH) permitiu identificar que a violência sexual acontece, em 73% (setenta e três por cento) dos casos, na casa da própria vítima ou do suspeito, mas é cometida por pai ou padrasto em 40% (quarenta por cento) das denúncias. O suspeito é do sexo masculino em 87% (oitenta e sete por cento) dos registros e, igualmente, de idade adulta, entre 25 e 40 anos, para 62% (sessenta e dois por cento) dos casos. A vítima é adolescente, entre 12 e 17 anos, do sexo feminino em 46% (quarenta e seis por cento) das denúncias recebidas.



Nesse sentido, após assimilarmos os resultados da pesquisa desenvolvida com os docentes e discentes da Rede de Ensino Municipal de Coité do Nóia- AL, observamos a necessidade de elaborar um projeto de intervenção que pudesse auxiliar tanto os professores diante dos possíveis casos de abuso sexual, quanto em criar um ambiente adequado e consciente para acolher as vítimas. Porém, o tema abuso sexual de crianças e adolescentes ainda é pouco discutido dentro das escolas, mesmo sendo a conscientização e disseminação de informações o método mais eficaz de prevenção. Dessa maneira, torna-se válido considerar a complexidade do fenômeno que envolve aspectos psicológicos, sociais e jurídicos, que pode ocasionar em sérias alterações cognitivas, comportamentais e emocionais para a vítima.

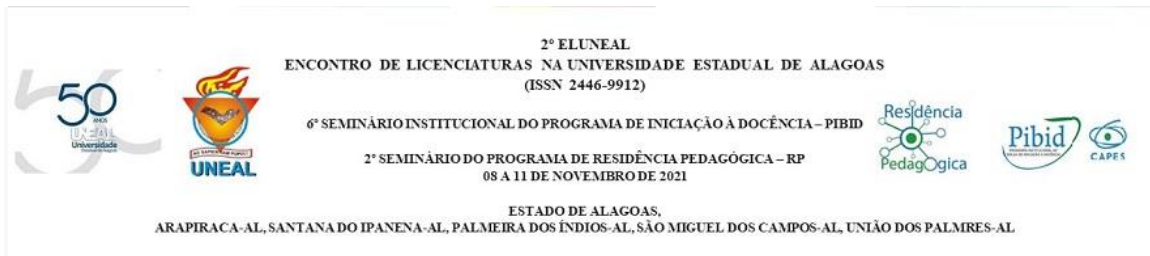
METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, cujo objetivo do estudo foi observar e analisar o tema abuso sexual no retorno as aulas presenciais da Escola de Educação Básica José de Sena Filho, situada no município de Coité do Nóia- AL. Desse modo, 10 professores (08 do sexo feminino e 02 do sexo masculino) e 40 alunos (20 do sexo feminino e 20 do sexo masculino), participaram da pesquisa realizada entre os dias 27 e 28 de setembro de 2020, desenvolvida no turno matutino.

Inicialmente, antes da entrega do questionário houve uma breve abordagem informativa para os entrevistados (professores e alunos) sobre o assunto abuso sexual de crianças e adolescentes, apresentando o levantamento da Organização Nacional dos Direitos Humanos¹ e o parecer da lei presente na Constituição Federal, mas especificamente no Art. 227 afirma que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. E ainda, afirma que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (BRASIL, 1988).

¹ Disponível em: <<https://turminha.mpf.mp.br/explore/direitos-das-criancas/18-de-maio>>.



Além disso, o Código Penal brasileiro prevê na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que: “abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes são enquadrados penalmente como corrupção de menores (art. 218)” e “atentado violento ao pudor (art.214), caracterizado por violência física ou grave ameaça”.

O estudo utilizou como ferramenta de investigação um questionário, respondido de forma anônima para melhor conforto dos entrevistados, o qual possuía perguntas fechadas e direcionadas a reflexão do aluno quanto vítima e do professor como potencial receptor, ou seja, como os educadores se encontravam na problemática e de como os alunos configuram a situação e a vivenciam na realidade. O teste executado pelos docentes consistia nas seguintes perguntas: a) Acredita ter a capacitação profissional necessária para atender um aluno vítima de abuso sexual? b) Durante o curso de formação profissional recebeu algum tipo de capacitação sobre o tema: abuso sexual de crianças e adolescentes? c) Na rede de ensino em que atua como educador, já tomou conhecimento ou se deparou diretamente com algum caso de assédio ou abuso sexual? d) Na instituição existem alunos com quadros de ansiedade ou depressão? e) Acredita que o isolamento social da pandemia, potencializou os casos de abuso sexual e os quadros de ansiedade e depressão nos alunos? Enquanto, o entregue aos educandos questões como: a) Qual a sua idade? b) Já recebeu algum tipo de informação sobre o tema: abuso sexual? c) Já sofreu algum tipo de assédio ou abuso? d) Conhece algum colega que já foi vítima de assédio ou abuso? e) Você se sente seguro(a) para pedir ajuda ao professor(a) caso necessário?

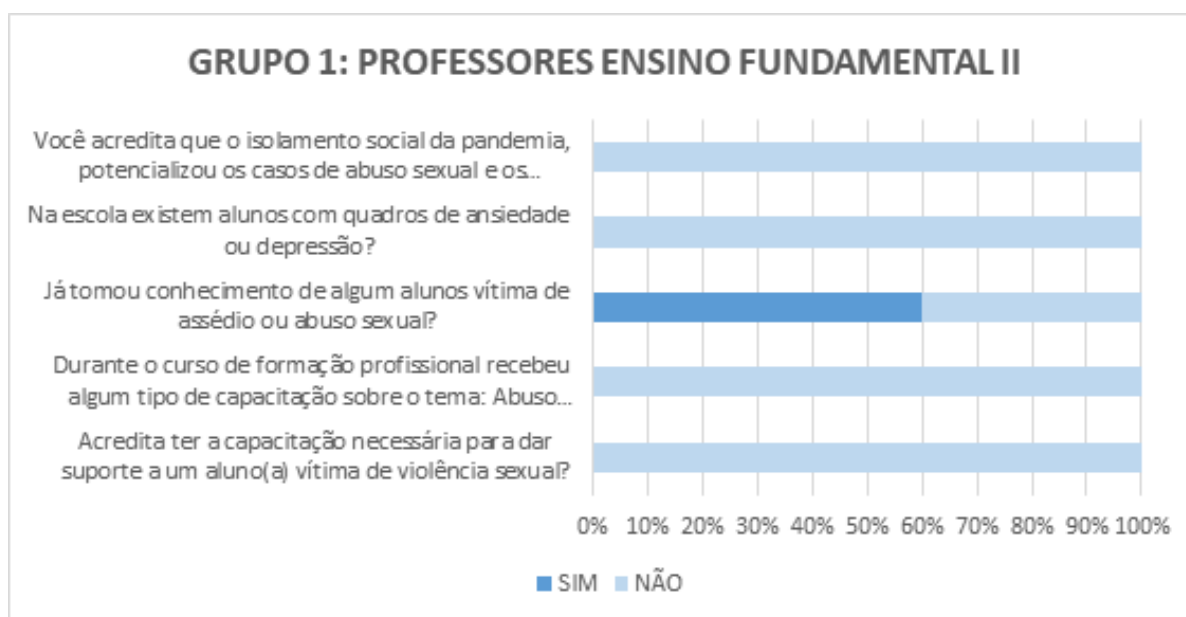
Assim, fomentamos principalmente na pesquisa dos professores a importância do desenvolvimento profissional, como eixo da formação docente, que precisa articular-se, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento pessoal e com o desenvolvimento organizacional. O desenvolvimento pessoal diz respeito aos investimentos pessoais dos professores em seu próprio processo de formação, por meio do trabalho crítico-reflexivo sobre suas práxis e da reconstrução de sua identidade pessoal, resultando nos saberes da experiência. O desenvolvimento organizacional, refere-se às formas de organização e de gestão da escola como um todo, especialmente àqueles referentes ao trabalho coletivo (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012). Assim sendo, os educadores devem se articular acerca das questões que norteiam a profissão, investindo no desenvolvimento pessoal, profissional e das práticas

organizacionais da escola, para atender através do trabalho coletivo as necessidades e demandas impostas pelo contexto de sua realidade.

RESULTADOS

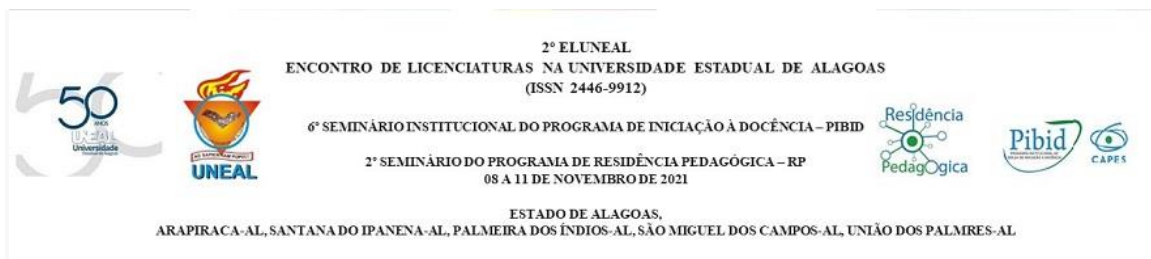
Os três gráficos a seguir são referentes as pesquisas desenvolvidas com 10 professores (8 do sexo feminino e dois do sexo masculino), 20 alunos do sexo feminino (Grupo 2) e 20 alunos do sexo masculino (Grupo 3), do Ensino Fundamental II da Escola de Educação Básica José de Sena Filho, situada no município de Coité do Nória-AL. O questionário promoveu a reflexão dos educadores sobre as novas demandas vigentes no retorno às aulas presenciais, bem como, permitiu aos discentes expor suas concepções e entendimentos.

Gráfico nº 1: Percentual de educadores capacitados acerca do tema abuso sexual de crianças e adolescentes.



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2021).

O gráfico apresenta o resultado do questionário executado com 10 professores do Ensino Fundamental II, da Escola de Educação Básica José de Sena Filho. Como podemos observar, todos os educadores acreditam que o isolamento social da pandemia, potencializou

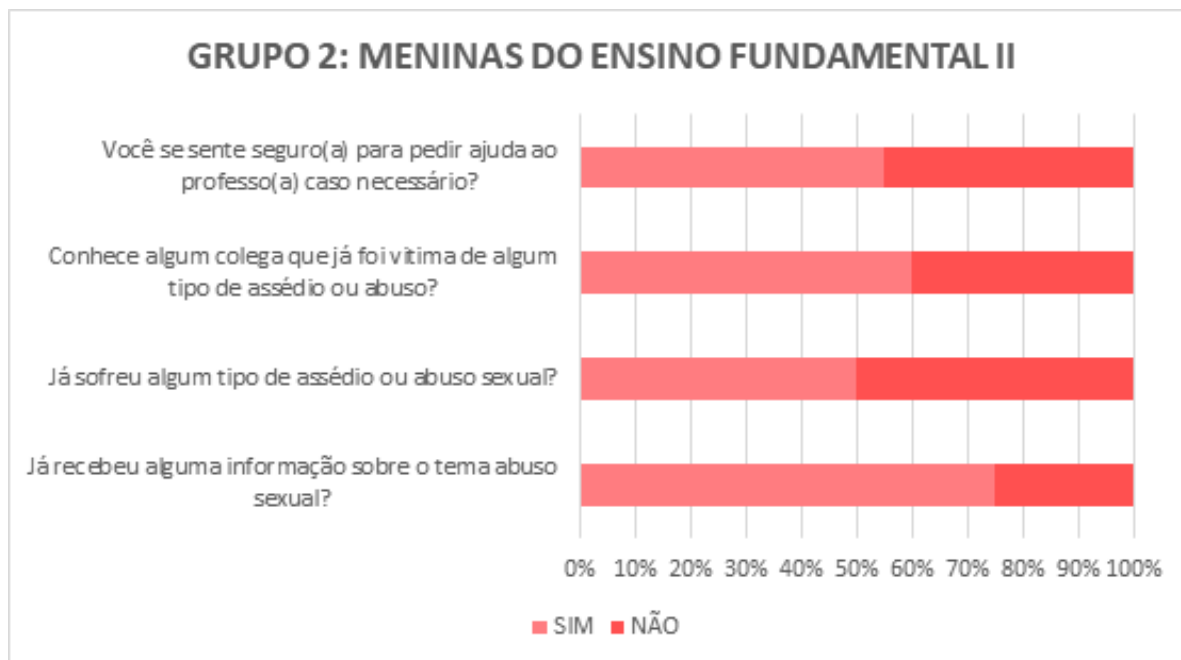


os casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como, contribuiu para o aumento dos quadros de ansiedade e depressão. Apenas 40% (quarenta por cento) dos docentes não tomaram conhecimento de algum caso de assédio ou abuso sexual entre os educandos da instituição.

Para Reppold (2002), o envolvimento de educadores como agentes de prevenção parece ser um aspecto importante. Devido às dificuldades da criança em revelar a ocorrência do abuso sexual para os membros da família e, considerando-se que a maioria dos casos de abuso sexual infantil é intrafamiliar, já que muitas vítimas podem recorrer à ajuda ou suporte fora da família. Isso, em virtude da acessibilidade dos professores às crianças e adolescentes, de serem melhores instrutores do que outros profissionais que lidam com elas no dia a dia, bem como, pelo fato de permanecerem pelo menos um ano com o mesmo discente (BRINO, 2008).

Mas, os professores participantes, concordaram de forma unânime que existe uma falta de capacitação profissional sobre a temática, isso reflete diretamente nas demais questões da pesquisa, já que não sentem a segurança necessária para dar acolhimento a um aluno vítima de abuso sexual, assédio ou quadro de transtornos psicológicos. Além disso, a não abordagem de temas como a violência e os abusos contra crianças durante a formação de professores e a falta de capacitação desses para lidar com crianças sexualmente abusadas sugerem que tal atitude é inadequada e pode causar danos à criança (LERNER, 2000). A categoria não sabe o que faria é considerada inadequada por razões explícitas: o profissional que não tem conhecimento sobre o que fazer em caso de suspeita de abuso sexual infantil poderá agir inadequadamente ou, simplesmente, não tomar atitude alguma, o que também pode ser bastante prejudicial à criança, ferindo inclusive a legislação vigente (BRASIL, 1990).

Gráfico nº2: Percentual de alunas vítimas de assédio ou abuso sexual.

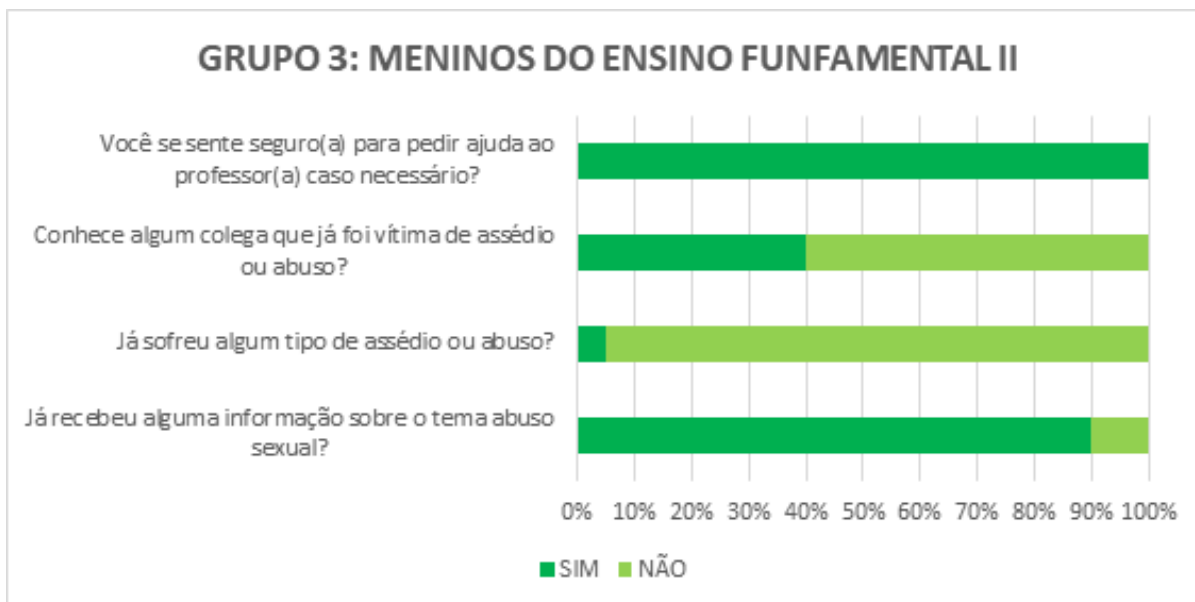


Fonte: Dados da pesquisa do autor (2021).

No questionário respondido por 20 alunas do Ensino Fundamental II, com idade entre 11 e 15 anos, evidenciamos que 50% (cinquenta por cento) das meninas já sofreram algum tipo de assédio ou abuso sexual, e que 60% (sessenta por cento) das alunas conhecem alguma colega que foi vítima dessa mesma forma de violência. Vale ressaltar, que 75% (setenta e cinco por cento) já haviam recebido informações acerca do tema abuso sexual de crianças e adolescentes, mas apenas 55% (cinquenta e cinco por cento) das meninas afirmaram se sentir seguras para pedir ajuda aos professores, enquanto 45% (quarenta e cinco por cento) não recorreriam.

Sobretudo, o abuso sexual pode ser prevenido se as crianças forem capazes de reconhecer o comportamento inadequado do adulto, reagir rapidamente, deixar a situação e relatar para alguém o ocorrido. Tais programas para crianças têm sido usados na América do Norte em escolas, envolvendo todas as idades, incluindo o jardim de infância (WOLFE, 1998). Obviamente, antes da intervenção, devem-se considerar os conhecimentos e habilidades prévias das crianças, além da faixa etária.

Gráfico nº3: Percentual de alunos vítimas de assédio ou abuso sexual.

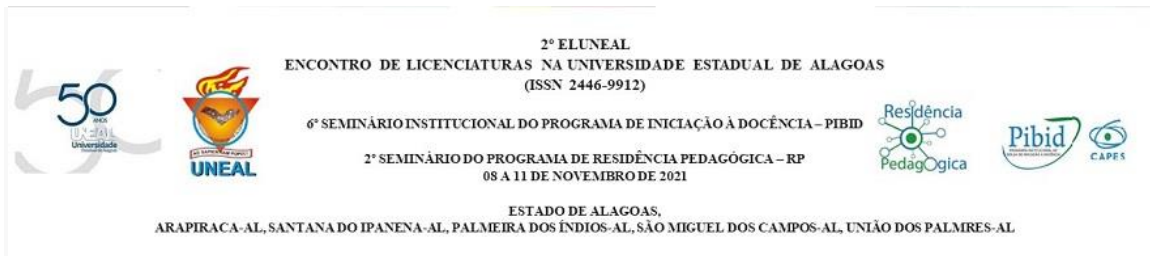


Fonte: Dados da pesquisa do autor (2021).

Ao aplicarmos o mesmo questionário das meninas do Ensino Fundamental II para o grupo 3, constatamos que 5% (cinco por cento) dos alunos do sexo masculino já foram vítimas de algum tipo de assédio ou abuso, 45% (quarenta e cinco por cento) a menos se comparamos com o resultado do grupo 1 do sexo feminino. Outra diferença notória é que 100% (cem por cento) dos educandos, sentem-se seguros para recorrer aos docentes caso necessário. E apenas 10% (dez por cento), não haviam recebido orientações sobre o assunto abuso sexual de crianças e adolescentes, assim como, 60% (sessenta por cento) afirmaram não ter conhecimento de colegas vítimas dessa forma de violência.

Cabe lembrar que a literatura aponta que a maioria dos casos de abuso ocorre dentro da família (BRINO, 2008). Assim, se os pais estiverem envolvidos no abuso, corre-se o risco de que a criança seja retirada da escola e afastada do convívio escolar, por isso, muitas vítimas preferem se silenciar ao invés de relatar as ocorrências.

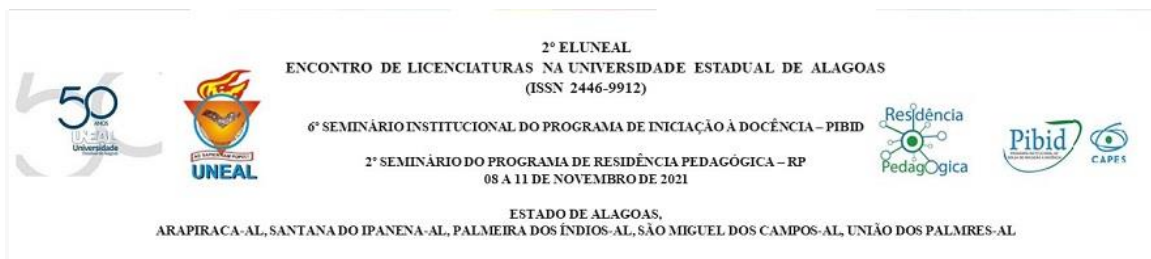
PROJETO DE INTERVENÇÃO: GRUPO DE APOIO PREVENTIVO EDUCACIONAL (GAPE)



Em concordância com Libâneo; Oliveira; Toschi (2012), a escola é o local do trabalho docente, e a organização escolar é espaço de aprendizagem da profissão, no qual o professor põe em prática suas convicções, seu conhecimento da realidade, suas competências pessoais e profissionais, trocando experiências com os colegas e aprendendo mais sobre seu trabalho. Dessa maneira, promover a reflexão, o estudo e a pesquisa de problemáticas que norteiam a instituição de ensino, contribuem para o processo de formação pessoal, reconstrução profissional e consequentemente nos saberes da experiência. Portanto, a escola se transforma no principal agente de mudança da realidade dos docentes e do grupo de discente.

Na investigação dentro da escola, notamos a falta de uma qualificação acerca da temática, o que leva os professores a recorrer em primeira instância a coordenação ou a diretoria, na tentativa de repassar o caso para outros profissionais. Segundo a psicopedagoga: “Nesses casos não é o correto a se fazer, a coordenação deve sim tomar consciência e agir quando preciso, mas no primeiro momento o professor escolhido pela vítima tem o dever de prestar o acolhimento inicial e realizar uma sondagem dos fatos. Pois, existe a possibilidade de o aluno desistir de relatar a ocorrência na troca do profissional escolhido por ele”. Assim, é importante a capacitação de profissionais em programas de prevenção do abuso sexual, habilitando-os a detectar e avaliar casos adequadamente, sendo essa uma etapa fundamental das metodologias gerais nos trabalhos de prevenção (GOICOECHEA, 2001). Nesse sentido, educadores podem ser capacitados a ser instrutores de identificação e estratégias de intervenção com crianças e adolescentes vítimas de abuso.

Diante disso, faz-se necessário analisar a possibilidade da criação de um espaço de capacitação para os professores na busca pela construção de uma equipe hábil a prestar atendimento as vítimas de abuso e assédio sexual. E uma vez criado esse ambiente de reflexão, discussão e estudo, podemos dar abertura a outros tópicos poucos explorados dentro da instituição de ensino, como por exemplo, os transtornos psicológicos da ansiedade e depressão, presentes nesse novo recomeço promovido pela volta às aulas presenciais. Esse projeto de intervenção está sendo pensado para auxiliar os docentes na prevenção e no combate do abuso sexual de crianças e adolescentes, recebeu o nome de Grupo de Apoio Preventivo Institucional (GAPE), e tem como figura central a psicopedagoga da escola, incluída na proposta como possível articuladora da ação, desenvolvendo em uma primeira fase



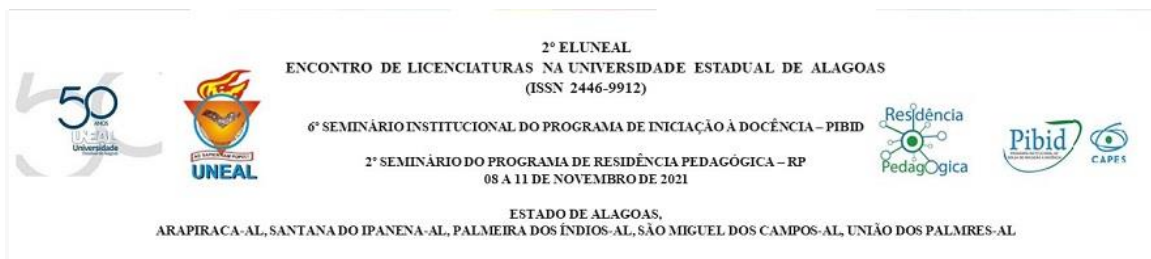
do programa a conscientização e capacitação dos professores. Isso, por meio de apresentações reflexivas quinzenais, e ao término de cada mês uma atividade relacionada deveria ser trabalhada com os alunos em sala, por exemplo, competição de cartazes informativos, físicos ou virtuais desenvolvidos pelos próprios discentes. Ademais, uma outra recomendação, considera que os pais devem ser envolvidos na capacitação, pois podem aumentar a efetividade do programa, particularmente se as crianças forem mais jovens. Nesse caso, pais e escola devem trabalhar conceitos similares. Elroad e Rubin (1993) assinalam o que os pais desejam saber sobre abuso sexual: como identificar abuso sexual, como reagir aos sinais de abuso sexual e como conseguir informações precisas da criança sem ocasionar falsas alegações.

Os docentes voluntários, ao apresentar o conteúdo, promoveriam o suporte aos colegas de trabalho e o acolhimento inicial às próprias vítimas, como também fomentar a criação de eventos de conscientização abertos à comunidade local. Desse modo, o benefício de tais programas, possibilita a ocorrência da auto-revelação do abuso pela criança. Pois, algumas variáveis são apontadas como intervenientes na revelação: percepção de que os pais podem não acreditar, medo do efeito na família, medo de punição, culpa, lealdade ao agressor, vergonha e desamparo (CUNNINGHAM; SAS, 1995). Já as crianças que revelam imediatamente indicam, como um dos fatores para que isso ocorra, a capacitação prévia, ou seja, a participação em programas de prevenção de abuso sexual.

Assim, percebe-se que a capacitação dos educadores é fator preponderante para a prevenção e o combate do abuso sexual de crianças e adolescentes. A iniciativa do projeto de intervenção GAPE, promete contribuir no processo de formação pessoal e profissional docente, bem como, conscientizar a comunidade local e disponibilizar um espaço de acolhimento adequado dentro da escola às vítimas. Cabe, nesse sentido, destacar o papel da direção e da coordenação pedagógica da escola no apoio e sustentação desses espaços de reflexão, investigação e tomada de decisões a fim de instaurar uma cultura de colaboração, como ingrediente da gestão participativa (LIBÂNEO, OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

CONCLUSÃO

A pesquisa do tema permitiu compreender os aspectos positivos e outros que necessitam de modificações para que seja possível implantar ações preventivas do abuso sexual.



A elaboração da proposta partiu das problemáticas vigentes no retorno às aulas presenciais, bem como, a partir de aspectos apontados pela literatura, considerados importantes de serem incluídos nas estratégias para a capacitação dos professores. A atividade teve como objetivo identificar como os educadores se sentem diante de tal demanda, além disso, promover um momento de abertura para os discentes apresentarem seus entendimentos sobre o assunto. Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que através da investigação e reflexão da problemática, pensou-se em um projeto de intervenção que pretende acolher e auxiliar tanto os educadores quanto agentes de mudança, e também, as vítimas a serem reabilitadas, ação essa intitulada de Grupo de Apoio Preventivo Educacional (GAPE).

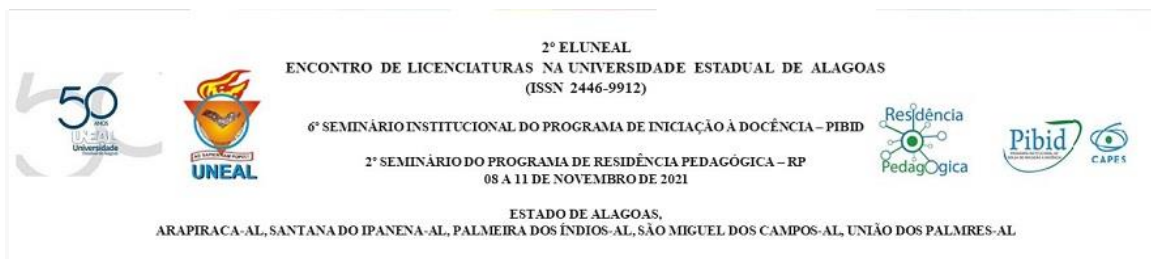
Ademais, o abuso sexual principalmente intrafamiliar é um fenômeno complexo que envolve aspectos psicológicos, sociais e jurídicos, com altos índices de incidência, que pode ocasionar sérias alterações cognitivas, comportamentais e emocionais para a vítima. A complexidade do problema aponta a necessidade de métodos de avaliação efetivos que incluem: a identificação do abuso, a denúncia, o acompanhamento do caso nos órgãos de proteção à criança, encaminhamento para atendimento médico e psicológico para a vítima e acompanhamento da família para garantir a proteção da criança de outras situações abusivas (HABIGZANG, 2006).

Todavia, cabe destacar a categoria considerada como adequada, que indica a busca de ajuda para a criança e para o agressor, uma vez que a reabilitação deste se configura como ação de prevenção, evitando que ele venha a praticar novos atos de abusos contra crianças. Portanto, a denúncia é a única forma de se enfrentar o problema, fazendo-se cessar os maus-tratos e dando início ao tratamento dos envolvidos, assim como é crucial a participação dos educadores no processo de identificação e reabilitação das vítimas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8,069 de 13 de julho de 1990.



BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. **Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil**. EDUCAÇÃO & REALIDADE. Vol. 33. N. 2. P. 209. jul/dez, 2008.

CUNNINGHAM, A.H.; SAS, L.D. **The Role of School Programs in Disclosure: tipping the balance to tell the secret: the public discovery of child sexual abuse**. Ontario, Canadá: London Family Court Clinic, 1995.

ELROAD, J.M.; RUBIN, R.H. **Parental Involvement in Sexual Abuse Prevention Education**. Child Abuse & Neglect, Elmsford, n. 17, p. 527-538, 1993.

GOICOECHEA, A.H. **Abuso Sexual Infantil: manual de formación para profesionales**. Madrid: Save the Children; Ministério de Trabajo Y Asuntos Sociales, 2001.

HABIGZANG, Luísa Fernanda et al. **Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência**. Psicologia: Reflexão e Crítica [online]. 2008, v. 21, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200021>>. Acessado 10 Outubro 2021, pp. 338-344.

LERNER, T. **Tratamento Em Situações de Abuso Sexual de Crianças e Adolescents**. Jornal da Rede Saúde, São Paulo, n. 22, p. 15-16, 2000.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAYWITZ, K. J., Mannarino, A. P., Berliner, L., & Cohen, J. A. (2000). **Treatment for sexually abused children and adolescents**. American Psychologist, 55(9), 1040-1049.

WOLFE, V.V. Child Sexual Abuse. In: MASH, G.; BARKLEY, R. (Orgs.). **Treatment for Childhood Disorders**. New York: Guilford Press, 1998. p. 545-597.